



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.473-A, DE 2023 **(Do Sr. Aureo Ribeiro)**

Esta Lei torna obrigatória a disponibilização, por parte das empresas que operam sistemas de inteligência artificial, de ferramentas que garantam aos autores de conteúdo na internet a possibilidade de restringir o uso de seus materiais pelos algoritmos de inteligência artificial, com o objetivo de preservar os direitos autorais; tendo parecer da Comissão de Cultura, pela aprovação, com emenda (relatora: DEP. JANDIRA FEGHALI).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

CULTURA;

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIACÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Cultura:

- Parecer da relatora
- Emenda oferecida pela relatora
- Parecer da Comissão
- Emenda adotada pela Comissão



Câmara dos Deputados

PROJETO DE LEI Nº de 2023 **(DO SR. AUREO RIBEIRO)**

Esta Lei torna obrigatória a disponibilização, por parte das empresas que operam sistemas de inteligência artificial, de ferramentas que garantam aos autores de conteúdo na internet a possibilidade de restringir o uso de seus materiais pelos algoritmos de inteligência artificial, com o objetivo de preservar os direitos autorais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece a obrigatoriedade de empresas que operam sistemas de inteligência artificial disponibilizarem aos autores de conteúdo disponibilizados na internet ferramentas que garantam a possibilidade de restringir o uso de seus materiais pelos algoritmos de inteligência artificial, com o objetivo de preservar os direitos autorais.

Art. 2º É obrigatória a disponibilização, por parte das empresas que operam sistemas de inteligência artificial, de ferramentas que garantam aos autores de conteúdo na internet a possibilidade de restringir o uso de seus materiais pelos algoritmos de inteligência artificial.

Art. 3º Esta lei entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após a data de sua publicação.





Câmara dos Deputados

JUSTIFICAÇÃO

A proposta tem por fim obrigar a disponibilização, por parte das empresas que operam sistemas de inteligência artificial, de ferramentas que garantam aos autores de conteúdo na internet a possibilidade de restringir o uso de seus materiais pelos algoritmos de inteligência artificial.

Modelos de Inteligência Artificial coletam informações de uma grande quantidade de textos na internet, em vários idiomas. Por exemplo, o ChatGPT, segundo informações fornecidas pela própria ferramenta na internet, *“foi treinado em uma grande quantidade de texto disponível na internet, incluindo artigos de notícias, páginas da web, livros e outros tipos de texto”*.

O processo de treinamento dos modelos desenvolvidos envolve a análise desses dados de texto para que o modelo possa aprender padrões e relacionamentos entre palavras, frases e ideias, com o objetivo de ser capaz de responder a perguntas e fornecer informações com base em sua compreensão da linguagem natural.

Contudo, os autores de textos e proprietários de conteúdo disponíveis na internet podem não querer que os modelos de inteligência artificial coletem informações sobre o conteúdo produzido por eles. Essa questão ganha ainda mais relevância quando se trata de conteúdos artísticos e culturais.

A título de exemplo, cita-se trecho do termo de uso¹ da OpenAI acerca do ChatGPT:

(d) Reclamações de direitos autorais. Se você acredita que seus direitos de propriedade intelectual foram violados, envie uma notificação para o endereço abaixo ou preencha este formulário. Podemos excluir ou desabilitar o conteúdo supostamente infrator e encerrar contas de infratores reincidentes.

¹OPENIA. Termos de uso. Disponível em: <<https://openai.com/policies/terms-of-use>> Acessado em 28/3/2023





Câmara dos Deputados

Apesar de louvável a iniciativa de disponibilizar o procedimento para que o usuário aponte o desrespeito aos direitos autorais. Entende-se que isso não seja suficiente, pois se trata de tecnologia avançada que pode atuar de forma preventiva, e não reativa, identificando automaticamente os textos utilizados e as eventuais infrações aos direitos autorais.

Nesse sentido, esse projeto de lei tem como finalidade garantir aos autores de conteúdos publicados na rede mundial de computadores o direito de escolher que o conteúdo de sua autoria e responsabilidade não seja utilizado por modelos de inteligência artificial. Assim, as empresas que produzem este tipo de modelo precisarão disponibilizar aos autores de conteúdo ferramentas que garantam a possibilidade restringir o uso de seus conteúdos pelos algoritmos de inteligência artificial.

Sendo assim, solicito o apoio dos nobres parlamentares para que possamos aprovar este Projeto de Lei, trazendo melhor segurança jurídica e preservando os direitos dos autores de conteúdos disponibilizados na internet.

Sala das Sessões, em de de 2023

Deputado Federal AUREO RIBEIRO
Solidariedade/RJ



COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 1.473, DE 2023

Esta Lei torna obrigatória a disponibilização, por parte das empresas que operam sistemas de inteligência artificial, de ferramentas que garantam aos autores de conteúdo na internet a possibilidade de restringir o uso de seus materiais pelos algoritmos de inteligência artificial, com o objetivo de preservar os direitos autorais.

Autor: Deputado AUREO RIBEIRO

Relatora: Deputada JANDIRA FEGHALI

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.473, de 2023, do Senhor Deputado Aureo Ribeiro, torna obrigatória a disponibilização, por parte das empresas que operam sistemas de inteligência artificial, de ferramentas que garantam aos autores de conteúdo na internet a possibilidade de restringir o uso de seus materiais pelos algoritmos de inteligência artificial, com o objetivo de preservar os direitos autorais. Esse é o teor da ementa e do art. 1º.

O art. 2º obriga “a disponibilização, por parte das empresas que operam sistemas de inteligência artificial, de ferramentas que garantam aos autores de conteúdo na internet a possibilidade de restringir o uso de seus materiais pelos algoritmos de inteligência artificial”. O art. 3º determina que a lei entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após a data de sua publicação.

A proposição foi distribuída às Comissões de Cultura (CCult), de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI) e de Constituição e Justiça e de



Cidadania (CCJC), sendo sujeita à apreciação conclusiva nelas e tramitando sob regime ordinário.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA

O Projeto de Lei nº 1.473, de 2023, do Senhor Deputado Aureo Ribeiro, torna obrigatória a disponibilização, por parte das empresas que operam sistemas de inteligência artificial, de ferramentas que garantam aos autores de conteúdo na internet a possibilidade de restringir o uso de seus materiais pelos algoritmos de inteligência artificial, com o objetivo de preservar os direitos autorais.

Para tanto, estabelece, em seu art. 2º, a obrigatoriedade de disponibilização, por parte das empresas que operam sistemas de inteligência artificial, de ferramentas que garantam aos autores de conteúdo na internet a possibilidade de restringir o uso de seus materiais pelos algoritmos de inteligência artificial. Ademais, conforme apropriadamente justifica o Autor, “os autores de textos e proprietários de conteúdo disponíveis na internet podem não querer que os modelos de inteligência artificial colem informações sobre o conteúdo produzido por eles. Essa questão ganha ainda mais relevância quando se trata de conteúdos artísticos e culturais”. A intenção é que a efetiva proteção dos direitos do autor seja “preventiva, e não reativa”.

Esse é um passo fundamental nesse sentido, pois os direitos autorais têm sido e serão cada vez mais frontalmente impactados pelo rápido desenvolvimento de inteligências artificiais generativas. Por sua vez, a cláusula de vigência de 120 dias permite às plataformas que se adaptem à norma e ofereçam aos autores as ferramentas adequadas para o efetivo controle e proteção de seus direitos autorais, em especial os direitos patrimoniais.

Consideramos, no entanto, que um pequeno ajuste é necessário para conferir mais clareza ao texto e para que a destinação da



obrigação fique circunscrita aos objetivos do autor. Assim, propomos emenda para substituir a expressão “operam” por “desenvolvem”. A alteração proposta visa tão somente deixar mais clara que a obrigação de desenvolver ferramentas de preservação dos direitos autorais é das proprietárias dos sistemas de IA, ou seja, das empresas que desenvolveram a tecnologia. Entendemos, assim, contemplar o objetivo do autor, preservando quem apenas utiliza a tecnologia.

Diante do exposto, nosso voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 1.473, de 2023, com a emenda oferecida em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada **JANDIRA FEGHALI**
Relatora



COMISSÃO DE CULTURA**PROJETO DE LEI Nº 1.473, DE 2023**

Esta Lei torna obrigatória a disponibilização, por parte das empresas que operam sistemas de inteligência artificial, de ferramentas que garantam aos autores de conteúdo na internet a possibilidade de restringir o uso de seus materiais pelos algoritmos de inteligência artificial, com o objetivo de preservar os direitos autorais.

Autor: Deputado AUREO RIBEIRO

Relatora: Deputada JANDIRA FEGHALI

EMENDA Nº 1

Substitua-se a expressão “operam”, constante da ementa e dos artigos 1º e 2º do Projeto de Lei nº 1.473, de 2023, por “desenvolvem”

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada **JANDIRA FEGHALI**
Relatora





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 1.473, DE 2023

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Cultura, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação, com emenda do Projeto de Lei nº 1.473/2023, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Jandira Feghali.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Aliel Machado - Presidente, Jandira Feghali e Tarcísio Motta - Vice-Presidentes, Alfredinho, Alice Portugal, Benedita da Silva, Defensor Stélio Dener, Marcelo Queiroz, Raimundo Santos, Cabo Gilberto Silva, Erika Kokay, Julio Arcoverde, Marcelo Crivella, Pastor Henrique Vieira, Sâmia Bomfim e Vermelho.

Sala da Comissão, em 27 de novembro de 2024.

Deputado ALIEL MACHADO
Presidente



COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 1.473, DE 2023

Esta Lei torna obrigatória a disponibilização, por parte das empresas que operam sistemas de inteligência artificial, de ferramentas que garantam aos autores de conteúdo na internet a possibilidade de restringir o uso de seus materiais pelos algoritmos de inteligência artificial, com o objetivo de preservar os direitos autorais.

EMENDA ADOTADA PELA COMISSÃO Nº 1

Substitua-se a expressão “operam”, constante da ementa e dos artigos 1º e 2º do Projeto de Lei nº 1.473, de 2023, por “desenvolvem”.

Sala da Comissão, em 27 de novembro de 2024.

Deputado ALIEL MACHADO
Presidente

